

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2017:** _____

---Aos **vinete e oito** dias do mês de **abril** do ano **dois mil e dezassete**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

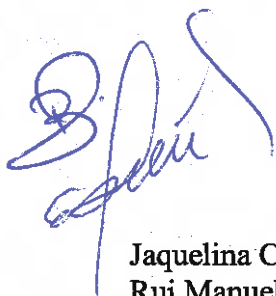
---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Alberto de Barros Paquete, em substituição de Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Artur Jorge da Silva Viana,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Luzia Filipa Carvalho Miquelino,
António de Sousa Cepa,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Helena Maria Carvalho de Abreu,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
Alberto Francisco Amaro Ferreira,
António Vendeiro Catarino,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
João Eduardo Pinto Felgueiras,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
António Viana da Cruz,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
José Alberto Torres Magalhães, em substituição de Aurélio Mariz Neiva,
José Filipe Fernandes Jesus, em substituição de Carlos Veiga Escrivães,
Fernando Manuel da Silva Carvalho, em substituição de Jorge Manuel Neto Filipe e
Mário Pires de Boaventura.

---Sendo 21 horas e 20 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

António Maranhão Peixoto,
João Maria de Sousa Nunes da Silva,



Jaquelina Casado Afonso Areias,
Rui Manuel Martins Pereira e
Maria Raquel Moraes Gomes do Vale.

---Verificou-se, entretanto, a ausência da Sr.^a Vereadora Dr.^a Berta Filipa Gonçalves Viana.-----

---Não compareceu inicialmente o membro municipal Manuel Fernando Lima de Meira Torres, tendo chegado pelas vinte e uma horas e trinta minutos.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e quatro de fevereiro de 2017 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos:-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017.-----

Por não terem estado presentes e conforme declararam abstiveram-se os membros da Assembleia Municipal, Luzia Filipa Carvalho Miquelino, Eduardo Oliveira Maia, José Alberto Torres Magalhães e José Filipe Fernandes Jesus.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.03. – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. _____

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, apresentando a declaração que se transcreve:

***“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais***

Num ano em que Portugal conseguiu afirmar-se como a 21.ª marca digital mais forte do mundo no turismo (subindo 4 posições e destronando grandes referências desta indústria) é com imensa satisfação que vemos neste Portugal City Brand Ranking, 2017, Esposende entrar

para o Top 25 e ler que “destaca-se a impressionante entrada de Esposende que subiu 7 lugares”.

Neste documento é apresentada a performance de marca dos 308 municípios portugueses, nas áreas do Turismo, Negócios e Talento ou seja aquilo que constitui a força de uma marca – neste caso a marca ESPOSENDE.

A nível Nacional Esposende ocupa o honroso 67.º lugar. Na região Norte Esposende ocupa a 22.ª posição, sendo o 5.º a nível do Distrito de Braga imediatamente a seguir aos grandes municípios como Braga, Guimarães, Barcelos e Famalicão.

No Ranking foi atribuído a Esposende, na área de Negócios – taxa de novas empresas – 23 pontos; na área Visitas – correspondendo à Taxa de ocupação hoteleira – 21 pontos; na área Viver – onde se têm em conta a taxa de desemprego, criminalidade e poder de compra – 32 postos.

Vale a pena referir que Esposende, em termos região norte, é o 2.º município mais procurado na área dos Desportos Aquáticos.

Senhor Presidente da Câmara esta é a resposta – mais recente – para calar ou pelo menos fazer pensar tantos arautos da desgraça que pululam por aí.

Mas Esposende não pára, para infortúnio de algumas pessoas. As iniciativas sucedem-se, com êxito, e só não existem para os que, agora, infelizmente, foram vítimas de um bloqueio que, como dizia Confúcio “Nada é bastante para quem considera pouco o suficiente”.

De entre dezenas de actividades de grande relevo queremos destacar algumas que envolvem, praticamente toda a comunidade e atraem a Esposende milhares de pessoas.

Em Março tivemos a edição da Semana da Leitura subordinada ao tema “O Prazer de Ler” que envolveu praticamente toda a comunidade educativa;

A marcar o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, tivemos oportunidade de ver um interessante filme, intitulado “Quem somos e de onde vimos” reflectindo as vivências no Castro de S. Lourenço, bem como assistimos ao lançamento do 2.º volume das “Memórias Arqueológicas do Castro de S. Lourenço”. Também este um momento alto para a cultura concelhia.

Foi feita a apresentação do “Roteiro da Arquitetura Modernista” que permite que ora se faça uma viagem por 18 exemplares arquitetónicos do concelho de Esposende, localizados em Marinhãs, Esposende e na Vila de Fão, construídos entre os anos 40 e 70 do século XX, da autoria de dois engenheiros e doze arquitetos que marcaram o Modernismo na Arquitectura Portuguesa.

No fim-de-semana passado aconteceu mais um Encontro Luso-Galaico de BTT, que já vai na sua 15.ª edição, e que se saldou por mais um êxito, atraindo a Esposende mais de 1700 atletas que, certamente, vieram acompanhados por familiares e amigos. Uma iniciativa que, em muito, ultrapassa a vertente desportiva.

Para os mais céticos – e que forçam o ceticismo à medida que se aproximam os actos eleitorais – foi apresentado o projecto da 1.ª fase de requalificação da Escola Secundária Henrique Medina – dotando-a com melhores condições de trabalho para o pessoal docente e não docente, cuja verba orçada ultrapassa os 2 milhões de euros.

PARABÉNS ao Sr. Presidente pela sua recente participação no Forum Internacional das Comunidades Inteligentes, apresentando Esposende como uma cidade sustentável, segura e onde as pessoas são felizes. Nesse Forum teve oportunidade de apresentar o projecto “Esposende em Rede” a concretizar dentro em breve, e que vem facilitar, em muito, a vida dos munícipes.



Recentemente também lemos, e congratulamo-nos por isso, que foram aprovados mais 2 troços da Ecovia do Litoral Norte, nomeadamente a Ponte Pedonal e Ciclável sobre o Rio Neiva e o percurso compreendido entre Cepães e Rio de Moinhos, nas Marinhas – um investimento muito próximo do Milhão de Euros.

Senhor Presidente

Termino com uma frase sugestiva de Magalhães Pinto “Alguns estão na política como se fossem uma nuvem. Olha-se para ela e está de uma maneira. Olha-se de novo e já mudou”. Tenho dito.”-----

Interveio de seguida a Sr.^a Deputada Municipal, Dr.^a Filipa Miquelino do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Ex.mo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Ex.mo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Meus senhores, minhas senhoras,*

Enquanto cidadã, considero que a comemoração do vinte e cinco de abril não pode passar sem ser assinalada!

Como, mais uma vez, Esposende primou pela ausência de qualquer manifestação comemorativa desta data, acrescentando o facto de se comemoram os quarenta anos do poder local, que nos permite estar aqui neste dia, nesta hora, no “palco” maior da democracia local. Permitam-me que neste dia apenas vos declame um poema, que é a tradução do que me vai na alma, ou melhor, do sonho com que esta data me acalenta a esperança!

Sonho DE LIBERDADE

*Soltam-se as cordas nas gargantas
As palavras surgem, agora, como danças,
É que a liberdade é o maior sonho,
Que fazemos herdar nossas crianças!
E apesar de existirem cordas mais requintadas,
De se construírem casas só com fachadas
Eu ainda cheiro a liberdade,
Nossas bocas não estão fechadas!
É que a esperança deve ser cantada,
Usando versos de um sonho melhor,
Que seja o exemplo de qualquer criança
E que o vá usar quando for maior!
E enquanto estes versos usarem minha voz,
Posso dizer perante todos vós
Eu também sou voz de liberdade!*

Viva o 25 de Abril!!!”

De seguida, interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Anabela Solinho, do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Boa noite,
Sr. Presidente da Assembleia
Sr. Presidente da Câmara
Srs Vereadores
Srs Deputados
Público em geral*

Venho relembrar um assunto já trazido a este órgão e que é de interesse público, a esplanada NAIDE e o seu desenvolvimento. Esta esplanada vai-se estendendo e estende-se a olhos nus frequentemente, acreditamos até que objetiva atingir o mastro central, luminoso da praça Ofir. Perguntamos se o Senhor Presidente tem conhecimento dos sucessivos progressos, aumentos desta esplanada e se já tomou diligências no sentido de precaver novas investidas.

Na verdade, a parte da esplanada que é coberta, viola vários pontos do Regulamento Municipal da Câmara Municipal de Esposende e sentimos que o caso está parado, que a Câmara não se resolveu a criar condições de justiça, face aos estabelecimentos comerciais circundantes.

Em contrapartida, a ação da Câmara Municipal de Esposende relativamente à ocupação de espaços públicos noutros locais, com expositores, vasos, painéis, objetos decorativos, tem vindo a ser excessiva, parece-nos excessiva, isto porque esses pequenos objetos, que não são mais do que arte de marketing local, são culturais em pequenos centros urbanos e a esses a Câmara chama de ocupação indevida e ilícita.

Estamos a falar de uma bicicleta decorativa, num passeio de 4 mts de largura, é um objeto ilícito, ilegal, embora decorativo, embora de marketing local. Estamos também a falar de um painel informativo de ementa diária, num passeio tão estreito que não há peão algum que o ocupe, que o utilize, mas, são estes os objetos indevidos e ilícitos que a fiscalização da Câmara assim considera.

A verdade é que queremos um Concelho vivo, dinâmico, com economia.

Mas estas contraordenações quanto a violação do Código Regulamentar do Município de Esposende, não vão ao encontro a nosso ver, de uma ajuda às comunidades locais.

Não concordamos que sejam proibidos, porque entendemos que isso é lançar o barão à gente de trabalho e à beleza das terras que se engalanam com esses expositores conferindo-lhes vida, alegria, sustento próprio.

A nossa dúvida consiste em não sabermos se a autorização da instalação destes objetos depende apenas de mera comunicação prévia à Câmara Municipal de Esposende, para os tornar legais.

Sabemos sim, que a ocupação aos fins-de-semana no verão, por vezes e também consideramos abusiva, mas a fiscalização da Câmara Municipal de Esposende nesses casos parece nula e perguntamos se realmente a Câmara tem prevista alguma fiscalização nestes casos de fim-de-semana em que realmente vêm para a rua vários artigos ocupando de facto e indevidamente os passeios, os espaços públicos.

Outras contraordenações parece-nos que deveriam ser aplicadas, ou outras questões deveriam ser levantadas, como a inusitada situação da concessão ad eterno dos wc's em Ofir.

Tenho dito.”

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, apresentando a declaração que se transcreve:

“Boa noite

Senhor Presidente da Assembleia

Membros da Mesa da Assembleia

Senhor Presidente da Câmara

Restantes membros da Câmara

Senhoras e senhores deputados

Meus Senhores, minhas senhoras

Eu numa nota prévia, referia aqui um aspeto, que creio preocupa todos os membros desta Assembleia e que tem a ver com o seguinte:

Recebi este expediente na segunda-feira ao fim da tarde, não imprimi o expediente que nos foi enviado em suporte digital, mas, para alguém que faz questão de estar aqui por inteiro e não de corpo presente, quem gosta de conhecer todos os assuntos, ter opinião formada sobre todas as matérias, estudar as matérias, é muito escasso o tempo que nos é dado para este desempenho conforme referi agora.

Não quero com isto, aqui sinalizar e dirigir como que uma acusação a todos os intervenientes na organização e preparação das Assembleias, não é isso, é mais em jeito de apelo para que acautelemos o futuro, para que pelo menos alguns documentos, aqueles que exigem mais estudo, nos sejam enviados de forma mais atempada, portanto, é na perspetiva não tanto da crítica pela crítica, mas na perspetiva de corrigir esta situação.

Eu continuaria esta minha intervenção, referindo-me precisamente ao 25 de abril. E falo do 25 de abril desta tribuna e nesta Assembleia, com a legitimidade de alguém que sempre falou do 25 de abril e é coerente na abordagem e na referência a esta data como uma data maior da nossa história.

Não posso deixar de, mais uma vez, condenar e condenar veementemente a omissão dos órgãos do município no que concerne ao 25 de abril, a não organização de quaisquer atividades comemorativas do 25 de abril e portanto acuso os órgãos deste município e todos os demais autarcas deste concelho, mesmo aqueles e principalmente aqueles, que se dizem defensores de abril, utilizando palavras rebuscadas, mas que depois na prática concreta, acabam por nada fazer sobre esta data. Não me conformo, nunca me conformarei e terão sempre a minha voz indignada e de protesto enquanto constatar esta passividade relativamente ao 25 de abril.

Na última Assembleia Municipal abordamos aqui uma matéria da maior relevância e importância para o concelho e para muitos munícipes deste concelho, que tem a ver com o problema do ruído nas discotecas e essencialmente bares do nosso concelho. E em resultado da discussão havida, houve posicionamentos, de resto houve uma recomendação que eu apresentei à Câmara mas que acabou por não passar, que foi chumbada, mas registei com atenção e constato agora de forma mais consistente na leitura da ata que há pouco aprovamos, as posições do Senhor Presidente da Câmara sobre esta matéria. O Senhor Presidente da Câmara sobre esta matéria expendeu a opinião que entende sobre o assunto, criticável, mas deixou uma porta aberta para que todos nesta Assembleia e não só, nos

empenhemos na tentativa de conceber e adotar soluções tendentes à resolução deste problema, na perspectiva não de acabar nem coartar a atividade económica de tais estabelecimentos comerciais, mas sim na perspectiva também construtiva, no sentido de, arranjar um quadro de medidas tendentes a minimizar e tendencialmente debelar os problemas de ruído.

Há experiências já adotadas em vários municípios do nosso país, que tal como Esposende têm esta dinâmica da vida noturna, do funcionamento de bares e que, confrontados com os direitos das pessoas, direito ao bem-estar, direito ao sossego, tentaram arranjar soluções que nalguns casos estão a resultar, portanto o apelo que eu faço aqui é na perspectiva de um empenhamento de todos nós, para que, por ex, na comissão permanente desta Assembleia, possamos todas as forças com assento nesta casa, encontrar soluções ou apresentar um quadro de propostas e numa conjugação estreita com a Câmara Municipal, órgão executivo, tentar resolver este problema.

Creio que esta posição tomada pelo Senhor Presidente da Câmara se mantém, creio que dois meses volvidos não terão deitado por terra essa sua vontade, portanto é nessa perspectiva que eu faço aqui, novamente esta abordagem.

Passaria para um outro assunto também da maior importância para o nosso concelho e que se prende com a Escola Secundária Henrique Medina.

Testemunharão que durante várias Assembleias, já antes deste mandato e deste executivo municipal assumir funções neste mandato, eu colocava a questão da necessidade de intervir na Escola Secundária Henrique Medina, constatando o quadro de degradação do edifício que nunca sofreu qualquer intervenção desde a sua construção, portanto sempre coloquei aqui a necessidade da realização de obras, da modernização daquele edifício e esta minha abordagem assumiu particular acuidade quando constatei que, no contexto da Parque Escolar todos os concelhos vizinhos conseguiram intervenções de fundo, onde foram mobilizados, investidos milhões de euros e Esposende ficou para trás. Agora há este quadro, este novo cenário de uma parceria entre o Município e o Poder Central onde é possível avançar com uma intervenção na Secundária Henrique Medina.

A questão é esta, por aquilo que me foi dado a conhecer, creio senhor Presidente da Câmara que era de bom-tom, era importante que tal como fez na Secundária Henrique Medina e fez bem, apresentou o projeto à comunidade escolar mais restrita, creio que também nesta Assembleia Municipal deveria fazer essa apresentação, não sei se tem intenção de o fazer, mas penso que este órgão enquanto órgão que acompanha a atividade do Município acho que sobre esta matéria devia saber o que está previsto fazer, faseamento daquela obra, etc. Relativamente ao projeto, parece que há uma primeira fase, que se centra muito ou essencialmente nas instalações que têm a ver com os serviços administrativos, secretaria, bar, biblioteca, cantinas e a questão que coloco aqui e que reflete as preocupações de membros da comunidade educativa mais restrita e mais ampla e que é a seguinte:

Porque é que a prioridade na intervenção da Henrique Medina não é nas salas de aula, lá onde estão os alunos em todos os dias de cada período letivo, de cada semana, de cada mês, de cada ano letivo? Lá onde os alunos sentem frio, até dizem que é preciso levar cobertores, no caso das salas mais direcionadas a norte, lá onde os alunos estão no dia-a-dia e onde se joga o essencial do ato educativo, lá onde os alunos necessitam de condições de adequabilidade e de conforto? Porque é que não se inverteu as prioridades e a primeira fase não se deu ao nível das salas de aula? É uma questão que coloco e gostaria de colher os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara.

Aproveito também para questionar o Senhor Presidente da Câmara, sobre qual o ponto da

situação relativamente ao Bairro Fundo Fomento Habitação em Esposende. Creio que no âmbito de uma candidatura com apoios comunitários está prevista uma intervenção, gostaria que o Senhor Presidente circunstanciasse e desse nota a esta Assembleia, qual o ponto de situação em relação a esta intervenção.

E finalmente Senhor Presidente da Assembleia, apresentaria 2 moções sobre 2 matérias também muito importantes para as pessoas do concelho de Esposende:

1 - MOÇÃO "CONTRA A PRECARIEDADE E BAIXOS SALÁRIOS"

"No nosso concelho aumentam as situações de precariedade e baixos salários que atingem essencialmente, os jovens.

Há situações gritantes de verdadeira exploração. Há jovens que ocupam postos de trabalho efetivo sem qualquer contrato. A maioria é remunerada à peça, ao dia, tudo num quadro de profunda exploração.

Jovens há que se queixam porque ao fim de um dia de trabalho, por exemplo na restauração e similares recebem 20 euros.

Outros, após trabalharem todos os fins-de-semana ao longo de um mês recebem 45 euros.

Estamos perante quadros de profunda exploração, onde são violados direitos e desrespeitada de forma ostensiva, a legislação laboral.

Assim, a Assembleia Municipal de Esposende delibera rejeitar e condenar com veemência tais práticas, porquanto as mesmas constituem, para além da violação de direitos fundamentais um entrave ao próprio desenvolvimento humano, social e económico do nosso concelho.
Esposende, 28 de abril de 2017"

2 - MOÇÃO "EM DEFESA DA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO HOSPITAL ESPOSENDE/BARCELOS"

"A única unidade hospitalar da rede pública que serve, em primeira linha, a população do concelho de Esposende, é o hospital de Barcelos, hospital que, do mesmo passo, serve a população do vizinho concelho de Barcelos.

Hoje, como há vários anos, é reconhecida a falta de condições deste hospital, situação que se tem vindo a agravar. São conhecidas as horas intermináveis à espera de atendimento nas urgências, são conhecidas as situações de acumulação de utentes em macas nos corredores e nas enfermarias.

Tudo se agravou com o encerramento de valências, a extinção de centros de saúde, a somar à falta de médicos, enfermeiros, terapeutas, auxiliares, passando pela falta de camas, pela desorganização dos serviços e a não renovação de equipamentos obsoletos.

Ora, ciente desta situação, a Assembleia Municipal de Esposende delibera reclamar junto do poder central:

- a construção do novo Hospital de Esposende/Barcelos, por forma a ser garantida às suas populações a prestação dos cuidados de saúde a que têm direito.

Esposende, 28 de abril de 2017"-----

De seguida, interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão, Luís Peixoto, do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Senhor Presidente da Assembleia
Senhor Presidente da Câmara
Restantes membros da Câmara
Senhoras e senhores deputados
Colegas Presidentes de Junta
Meus Senhores, minhas senhoras*

O meu ponto é um ponto único e tem a ver com passadiços.

Aproxima-se a época balnear, somos um concelho que sabe receber, que tem destaque por saber receber e sempre que estamos em plena época balnear, grande parte das reclamações que nós Juntas de Freguesia, Câmara Municipal, Esposende Ambiente, recebe são relacionadas ou com lixo ou com passadiços.

Este assunto já foi tema no último Conselho Municipal de Segurança e foram tema por dois pontos:

Um, tem a ver com a circulação de bicicletas, quando não são motos que passam lá, tem que se salvaguardar que pelo menos não se excedam os limites de velocidade desses veículos nos passadiços e há que salvaguardar também que dependendo desses limites de velocidade, depois há degradação desses passadiços.

Portanto acho que, Senhor Presidente da Câmara chegou o momento, se já não é tarde, de as entidades se entenderem, Câmara Municipal, Parque Natural do Litoral Norte e Juntas de Freguesia, sobretudo a minha está disponível para isso, de anteciparmos as reclamações que já sabemos vão ser feitas sobre o mau estado dos passadiços.

Tem que ser feita uma conservação básica, mínima, o quanto antes e os problemas estão mais do que elencados. Para que não sejamos mal vistos por não sabermos receber.

Sabemos que as pessoas com facilidade reclamam e com facilidade nas redes sociais o tema se pode propagar.

Portanto, a nossa disponibilidade, da União de Freguesias de Apúlia e Fão de fazer parte de uma parceria é bastante forte e arrancar o quanto antes para que, primeiro minimizemos as questões que há que minimizar, tábuas levantadas, partidas, pregos soltos e depois arranjar um plano, não sei se existe, eu nunca o vi, de manutenção preventiva dos mesmos. Este é um tema recorrente e portanto que nos deverá preocupar a todos, sobretudo aos Presidentes de Junta e à Câmara Municipal.

Disse.”-----

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Artur Viana, do Grupo Político do CDS-PP, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e senhores vereadores
Senhoras e senhores deputados
E restante público aqui presente*

Antes de mais quero aqui reiterar o que foi dito pelos meus colegas, nomeadamente no que diz respeito às comemorações do 25 de Abril.

Apenas dizer que é lamentável que tenhamos que esperar pela publicação de mais um livro

para que se possa comemorar, quando às vezes um pequeno gesto, nem que fosse uma distribuição de cravos na rua, pequenas ações que façam lembrar que é um dia diferente, que é um dia especial.

Aproveitando este momento de intervenção, para acrescentar talvez mais 1 obra de entre as 136 obras, é que com frequência vou ao cemitério de Curvos e muito me estranha que, sempre que lá vou, desde há vários meses, noto que existe lá uma tampa de águas residuais a verter e para além do cheiro deixa-nos muito mal aos olhos de quem lá passa, falo de uma caixa em frente ao edifício do CICS de Curvos, que tanto quanto soube não tem saneamento. Um edifício de gestão pública, ou com fundos públicos o que nos deixa mal, porque dá um mau exemplo.

Nesta área muito pouco foi feito em Esposende, o que se publicitou foi feito nas Marinhas, mas há mais necessidades urgentes falamos de zonas com aglomerados de casas e onde o saneamento passa lá perto, não é preciso grandes investimentos, obviamente tem o seu investimento mas é essencial para quem cá vive.

Outra questão e que eu aqui coloquei em novembro e refiro-me à Estação elevatória de Fão, foi prometido um arranjo paisagístico envolvente aquele bloco de cimento que ali nasceu, à revelia da população de fão e do Senhor Presidente da Junta, o Senhor Presidente referiu aqui, em novembro último que estavam a ser escolhidas as árvores para ali serem colocadas e até agora, nada. É uma zona à entrada de fão, uma zona inserida no estuário e que merecia mais alguma atenção e quem sabe neste arranjo paisagístico haja oportunidade de se fazer qualquer coisa também na zona envolvente do Fojo.

Já aqui foi referido pela minha colega Anabela, a situação das esplanadas, que continuam a crescer como cogumelos e não são esplanadas cobertas, falo de salas fechadas e não me refiro só às esplanadas de Ofir. Eu já tinha alertado aqui que esta isenção, esta permissão de não cobrança de taxas iria levar a alguns exageros e estamos a assistir a isso. É óbvio que há um regulamento, mas era preferível que não houvesse, porque assim havia uma desculpa clara que não havia regulamento a aplicar, se o regulamento está errado está na altura de o rever e se as taxas são elevadas, é preferível baixá-las, do que não cobrar nenhuma taxa.

Também aqui foi referido, outros itens publicitários e eu que passo constantemente aqui na rua direita assistimos que temos que andar a pé a contornar um quase labirinto. Eu até concordo que as pessoas tenham o direito a colocar placas e que até ajudam a embelezar e a dinamizar as ruas, mas há que ter cuidados e há exageros, vemos placas de 2 faces colocadas no meio da rua o que acho um abuso. Já para não falar dos veículos que não respeitam os horários estipulados nas placas. É constante o tráfego automóvel e não falo de uma ou outra emergência mas de casos reincidentes de falta de bom senso.

No último mês, foi referido que a feira das velharias iria ser expandida e alargada com mais vendedores que estavam em lista de espera, o que é ótimo pois temos já uma feira de referência quase aqui do norte, o que eu lamento é que reparei que estão a alargá-la para o parque do mercado, estão a roubar estacionamento fundamental o que não me parece uma boa estratégia e a puxar as pessoas mais para a marginal. Ao fim-de-semana, felizmente já temos muita gente na marginal e infelizmente o centro está vazio, porque não alargar a feira para a Rua Conde Castro, que não tem comércio ao fim-de-semana e atrairia as pessoas mais para o centro da cidade e assim libertaríamos estacionamento.

Por último deixar nota da falta de papeleiras em Ofir, existem muitos blocos de granito onde em tempos suportaram papeleiras e tirando um ou outro contentor um pouco mais afastados, na zona pedonal, neste momento não há papeleiras. É preciso repensar esta situação, colocar

umas mais resistentes e não descurar a situação da recolha dos lixos.

Já aqui foi também referido pelo Senhor Presidente da Junta, o problema dos passadiços, é uma situação realista, estamos a falar de estruturas de madeira que necessitam de manutenção constante

Foram colocadas papeleiras na última intervenção da Polis, mas não foram as mais indicadas e como não há recolhas sistemáticas do lixo na zona da restinga, por ação dos ventos verifica-se que este se espalha pelas áreas dunares.

Devemos primar pela nossa imagem se queremos manter esta subida de sete lugares no turismo e pensar que o turismo não é só praias."-----

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão por dez minutos, suspendendo os trabalhos para discussão das moções apresentadas.-----

Pelas 22.30 horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, colocando à votação as Moções propostas no período de antes da ordem do dia, tendo-se obtido as seguintes deliberações:

1 – MOÇÃO: "CONTRA A PRECARIEDADE E BAIXOS SALÁRIOS".-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PCP.-----

Votaram contra 16 membros do Grupo Político do PSD. Abstiveram-se 2 membros do Grupo Político do CDS e Votaram a favor 7 membros do Grupo Político do PS, 1 membro do Grupo Político do PCP e 2 membros do Grupo de Independentes, num total de 10.-----

Pelo Grupo Político do PPD/PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

"O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vota contra a moção apresentada pelo Deputado Municipal do PCP – Manuel Carvoeiro pelas razões que a seguir expomos: Desconhecemos a existência destas situações de precariedade no Concelho, se as há devem ser denunciadas às entidades com competência para fiscalizar."-----

2 – MOÇÃO: "EM DEFESA DA CONSTRUÇÃO DO NOVO HOSPITAL ESPOSENDE/BARCELOS".-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PCP.-----

MAIS DELIBEROU RECLAMAR A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO HOSPITAL JUNTO DO PODER CENTRAL.-----

Pelo Grupo Político do PPD/PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

"O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vota a favor a moção apresentada pelo Deputado Municipal do PCP – Manuel Carvoeiro pelas razões que a seguir expomos: Achamos que tudo o que tenha a ver com a melhoria das condições de saúde e das suas instalações devem ser melhorados, aliás posição que já defendemos, nesta assembleia, há

alguns anos, no entanto achamos que um novo equipamento deverá obedecer a uma análise regional."-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi referido que se não houvesse dúvidas ou questões relativamente à informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, passaria então a palavra para que o mesmo pudesse usar da palavra e responder também às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais, tendo referido que:

"Senhor Presidente da Assembleia

Restante mesa

Senhores Vereadores

Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta

Caríssimo público aqui presente

Começaria por agradecer as palavras do Dr. Penteado Neiva, em relação à análise que faz do trabalho desenvolvido pelo executivo, dos resultados alcançados pelo Município, diria eu, é sempre uma satisfação enorme vermos o nosso município bem posicionado, não é que nós liguemos muito aos rankings mas, reflete e acredito que, quer este ranking da Globe Consulting, quer o da transparência, que estão muito dependentes daquilo que são as pesquisas em relação aos municípios, portanto, estes instrumentos digitais, com o que vai acontecer na próxima semana que é a apresentação do Esposende em Rede, com o novo site, com a nova aplicação, terão claramente um impulso e os próximos resultados e as próximas análises com toda a certeza vão catapultar o município para outro patamar, porque estão dependentes de um site que já tem vários anos e portanto tem as suas limitações, até do ponto de vista tecnológico, mas agradeço muito as palavras que aqui nos dirigiu.

Senhora Deputada Dr.ª Filipa Miquelino, naturalmente que nós respeitamos a essência do 25 de abril, eu penso que a existência do próprio feriado nos impele para esse mesmo sentimento, todos sabemos o que isso significa, eu tinha dito aqui que não era preciso comemorar todos os anos, mas não foi em sentido pejorativo, quando houver uma data redonda, 40, 45 anos, por aí adiante, aí sim com certeza se fará a devida comemoração, senão, acabamos por de alguma forma, ano após ano estar sempre a dizer as mesmas coisas.

Nós devemos a nossa existência enquanto órgãos autárquicos precisamente ao 25 de abril e não me parece que haja necessidade de estarmos a repetir isso a todo o momento e em todos os órgãos, porque isso existe a nível Nacional e muito bem, nós já o fizemos nos 40 anos e com toda a certeza nós ou alguém o fará por altura dos 45 anos.

Todos temos a consciência do que é o 25 de abril, da reviravolta que foi em termos de liberdades e o facto de não termos uma comemoração oficial todos os anos não significa que não respeitemos o espírito do 25 de abril, pelo menos eu falo em nome pessoal e com toda a certeza, pelo menos, do meu executivo.

Quanto à Senhora Deputada Dr.ª Anabela Solinho, em relação à questão da esplanada ANAIDE em concreto, já foi transmitida a ordem de remoção da esplanada. Havia uma comunicação, feita através do portal, que termina a 11 de maio, completa precisamente 1 ano desde que se sujeitaram esses documentos e ficam com 5 dias, após essa data, para ou adaptar àquilo que a lei obriga ou remover aquela esplanada.

Posso entretanto adiantar que a pessoa em causa respondeu à nossa notificação e pediu uma reunião que foi agendada com a máxima urgência possível, porque não queria de todo prorrogar este prazo.

Eu chamei-o à Câmara e disse-lhe frontalmente aquilo que iríamos fazer, a pessoa em questão ainda falou da possibilidade de ficar lá até final de setembro, eu disse que isso estava fora de questão, eu dei a minha palavra, foi dada ordem de remoção e portanto, eu disse à pessoa que, ou adapta o espaço às normas legais, ou vamos lá e removemos, tão simples quanto isso. E quando eu digo adaptar, toda a estrutura que tem na frente, a tal segunda esplanada essa nem tem hipótese de ficar seja de que maneira for, está fora de questão, o resto tem que ser removido e adaptado àquilo que existe em termos de lei e tem que ser cumprido sem qualquer sombra de dúvidas!

De resto, objetos nas ruas, eu entendo a sua abordagem, há certos locais onde até, não é propriamente inestético, mas há regras que estão definidas e que permitem colocar objetos na frente dos estabelecimentos, até 90 cm, mas às vezes, o estabelecimento não tem muita visibilidade e tenta-se impor com placas no cruzamento mais à frente e o que acontece e ainda há dias aconteceu, uma pessoa invisual passou lá e caiu por cima daquilo tudo, temos que pensar que não somos todos iguais e a questão das acessibilidades é um assunto cada vez mais sério, pessoas idosas com dificuldades visuais, perturbam, há que cumprir as regras que estão instituídas, ou seja, manterem isso junto ao estabelecimento e deixar a via livre.

Até para o caso de um veículo de emergência ter que entrar na rua e não ter que passar por cima desses obstáculos.

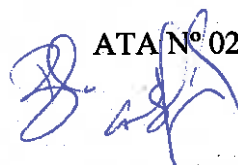
Não tem nada a ver com outro tipo de fiscalizações que a Câmara tenha que fazer, nada disso, uma coisa é a venda ambulante, outra coisa é esse tipo de publicidade que é colocada e não é nada contra ninguém obviamente, é uma questão de carácter geral.

Quanto à questão dos sanitários que falou do Ofir eles estão ligados à Concessão e a concessão é da APA, portanto estamos limitados em tudo isso, quando muito a sua recomendação poderá ser transmitida à APA no sentido de pressionar o concessionário para que faça o que tem que fazer, mas não está nas nossas mãos tomar esse tipo de decisão.

Quanto às questões levantadas pelo Dr. Carvoeiro, a questão dos elementos entregues, é muita documentação, são muitos assuntos e isso dá muito trabalho, tem razão, mas os documentos foram entregues dentro do prazo legal, é o mínimo, tempos houve em que nem sempre assim foi, por outro tipo de circunstâncias. Obviamente que estar na política dá muito trabalho e obriga mesmo a essa dedicação e agradeço até a forma séria como desempenha o seu papel, mas são muitos assuntos e se queremos estar informados temos que os ler e isso dá muito trabalho.

Quanto à questão do 25 de abril as razões são as mesmas que já expliquei.

A questão do ruído estamos disponíveis para essa reunião da Comissão Permanente, portanto façam chegar as vossas sugestões, o verão está aí e também queremos ter resposta para as pessoas e a última coisa que queremos é ter uma população zangada connosco para benefício de quem tem os estabelecimentos, ou então fechar todos os estabelecimentos para que a



população esteja connosco, é necessário encontrar aqueles equilíbrios de que já aqui falamos na última Assembleia.

Quanto à questão da Escola Secundária Henrique Medina, todos temos consciência que há muitos anos era necessário ter feito alguma coisa naquela escola, mas não foi. A Parque Escolar foi passando para trás o município de Esposende, gastaram-se rios de dinheiro como todos sabemos e nem 1 cêntimo para a Escola Secundária Henrique Medina. Em boa hora o Município fez as démarches que eu já referi aqui no passado e conseguiu através do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Cávado, cativar aquela verba, eram 6 milhões e meio, a intervenção da Parque Escolar eram 14 milhões, depois 6 milhões e meio e depois acabamos por ficar com 1 milhão 900 e tal mais a nossa parte e agora 7,5% também do Estado a pagar em 2 anos.

Opções de projeto, só avançamos para este projeto, para esta requalificação depois de obter um parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, fui alertado que não podíamos fazer uma intervenção de caráter mais global, pois caso o fizéssemos estaríamos a dar o argumento perfeito para que nunca mais fizessem aqui mais nada, ou seja, iam tentar remediar um assunto que para eles custava 14 milhões, com 2 milhões.

Era necessário definir uma estratégia.

A estratégia foi, vamos fazer isto em fases, de tal ordem, que o Dr. Tiago Saleiro, sensibilizado para isso, conseguiu que o documento, que nós assinamos, tivesse lá escrito 1ª fase, o que não deixou de ser uma surpresa para a Direção Regional, mas o que é facto é que aparece lá mesmo 1ª fase. Então, já não estava pensado de todo fazer uma intervenção genérica, íamos ter que começar por uma parte, se começássemos pelas salas de aula era dar o argumento para não se fazer lá mais nada, porque o problema dos alunos ficaria salvaguardado. Sendo certo, que nós vamos fazer intervenção nas salas de aula, a nossa comunidade merece uma escola nova, uma escola adaptada para mais 30 anos no mínimo, não queremos andar só a pintar as paredes colocar lá um capoto, uma caixilharia nova e está o assunto resolvido, não.

Os nossos alunos, os nossos professores o pessoal não docente, a nossa comunidade merece uma escola nova tal como os outros municípios têm, nós não somos menos que os outros.

Uma das questões que consumia imenso dinheiro nas intervenções da Parque Escolar era que, para uma intervenção global tinham que esvaziar os alunos todos das salas de aula e colocá-los em contentores, durante 1 ano, ano e meio, ou dois, mas nós não temos dinheiro para isso. Então a estratégia de evolução do projeto que foi adotado era de promover a ampliação da escola e resolver o problema do refeitório, que é um problema grave que tem a ampliação e depois, essa parte que vai ser ampliada, pode ser utilizada para quando passarmos à intervenção nas salas de aula colocarmos lá os alunos e alguns serviços para esse espaço. A sua dúvida foi a minha dúvida, então vamos começar pelos professores, sem menosprezo pelos professores como é óbvio, mas e vamos deixar os alunos de fora? Mas não.

Prioridade número um eliminar completamente o fibrocimento, o amianto daquela escola, isso obriga-nos a substituir a cobertura de 2 blocos de aulas, 1 já foi substituído e faltam mais 2 blocos de aulas, mais a intervenção que se vê naqueles desenhos.

A intervenção foi pensada, foi gizada e acredite que não foi fácil e tive mesmo que, numa das reuniões que tivemos no Porto, dizer que tinha que ser assim, caso contrário o município sairia fora desta situação e então o Estado teria que fazer a intervenção como entendesse e as coisas entraram num patamar de acordo e com respeito por aquilo que nós estávamos a fazer e o que posso dizer é que seguiu hoje, assinei hoje, documento para emissão de parecer, sendo

certo que o projeto foi todo desenvolvido em parceria com os técnicos da DGEST, pelo que penso que o parecer será uma questão de pouco tempo.

A intervenção queríamos que começasse durante as férias, para iniciar o novo ano letivo com uma nova esperança de requalificação daquele espaço.

As opções foram tomadas dessa forma e por essa razão ficam salvaguardadas as questões, para além daquilo que aparece como um edifício novo da ampliação do refeitório, que era um aspeto determinante que me foi sempre colocado, porque havia sempre muitas dificuldades nos horários para do almoço e a eliminação do fibrocimento e do amianto, que era também um assunto que preocupava a comunidade escolar.

De resto, acho que o projeto está muito bem pensado, muito bem gizado.

Não deixa de ser curioso que, nós fizemos a apresentação aqui nesta sala ao Conselho Municipal de Educação e na Escola e não nos foram colocadas as questões da natureza que aqui colocou e são os momentos oportunos e corretos para o fazer, quem sou eu apesar de ter formação nesta área, mas não tenho que responder pelo projeto não fui eu que o fiz e lá era o local certo para o terem feito e o técnico responderia com toda a certeza, aliás o projeto tem o aval dos técnicos da DGEST e o Senhor sabe que eles são muito exigentes e até disseram coisas extraordinárias como o facto de não estarem lá para verificar a conformidade do projeto com a lei, nós estamos aqui para verificar outros aspetos, acima da lei, o cumprimento da lei por si só não chega, mas as coisas estão bem encaminhadas e tudo correrá pelo melhor. Quanto ao projeto do bairro, recebi ontem o diagnóstico de todo o bairro, da situação dos edifícios, aliás fazia parte do caderno de encargos e o projeto está em desenvolvimento e em execução, não mudo assim tão facilmente de opinião, como é óbvio.

Senhor Presidente de Junta Luís Peixoto os passadiços é uma questão que nos preocupa muito, tem toda a razão, mas como sabe uma parte dos passadiços são da responsabilidade do ICNF, quantas vezes já pedimos, quase que diria venha lá a gestão do Parque Natural no âmbito da descentralização de competências, para o município, acompanhada do envelope financeiro, porque responsabilidade já nós temos muitas, para nós podermos fazer o nosso trabalho, um trabalho que é pedido a quem gere um Parque Natural do Litoral Norte que tem os passadiços feitos pela entidade que o criou e que o fiscaliza.

É ridículo estarmos constantemente a ser acusados de coisas, quando nem temos autorização sequer, para lhe tocar.

De qualquer modo alguns são da nossa responsabilidade e por esses nós temos que responder. Principalmente nas zonas ribeirinhas, em Esposende e na Apúlia na Praia da Couve, toda aquela requalificação, antes do verão temos que fazer lá alguma coisa.

São situações diferentes, em Apúlia todo o deque está em bom estado em termos gerais, em Esposende estão uma miséria, está tudo desfeito é preciso quase fazer de novo, mas já incumbi os serviços municipais para prepararem uma intervenção global.

Se hoje temos muita gente em Esposende, grande parte dela usufrui precisamente dessas infraestruturas e fica-nos muito mal ter tábuas partidas e sem condições e agradeço a disponibilidade obviamente da Junta de Freguesia para colaborar nestes projetos.

Posso dizer que ainda há dias estive na Praia da Ramalha, onde foi feita uma intervenção no âmbito da Polis e constatei que aquilo está uma miséria e como sempre lá terá de ser a Câmara a arranjar, é preciso fazer uma limpeza urgente, porque é uma vergonha, enfim, nascem ervas por todo o lado, roubam as tábuas, incendeiam contentores do lixo, temos de tudo! Não quer dizer que sejam pessoas de cá, mas a verdade é mesmo essa.

Dr. Artur Viana desculpe, mas posso perguntar onde é que foram as comemorações do 25 de abril do CDS? O partido comemorou o 25 de abril? Como nunca vi o CDS tão interessado nas comemorações do 25 de abril, a partilhar os ideais de abril, fiquei admiradíssimo, só isso, é a minha inexperiência política, estou há poucos anos nisto.

Quanto à situação do esgoto em Curvos desconheço essa situação que referiu, mas será certamente um assunto a analisar, aquela zona não tem saneamento como sabe, mas, vamos ser claros, nós temos 85% de cobertura de saneamento em termos populacionais do nosso concelho, é um dos rácios melhores a nível nacional, eu até diria se calhar internacional, em zonas rurais ou semirrurais.

Temos situações em que temos saneamento, eu já disse isto muitas vezes mas é sempre bom esclarecer, e temos taxas de ligação de 20 ou 25 %, gasta-se o dinheiro, põe-se o saneamento à porta e depois as pessoas não o querem ligar.

Temos que abandonar a ideia de que vamos ter saneamento em todo o lado, não vamos ter saneamento em todo o lado, eu não minto às pessoas nem ando a iludir ninguém, há locais onde não vamos poder ter saneamento, porque seria a pior forma de gastar o dinheiro de todos, porque o dinheiro é de todos não é meu.

Fazer 500 metros de conduta de saneamento para servir 1 casa nunca, não enquanto eu for Presidente da Câmara, porque é deitar dinheiro fora.

Vamos tentar encontrar uma boa solução de saneamento para essa casa, uma fossa séptica, uma fossa estanque, o que for para que não cause nenhum problema ambiental, mas não vamos fazer 500 metros, vamos fazer 500 mts quando tivermos, 20, 30, 40, 50 casas onde seja rentável porque daqui a 20, 30 ou 40 anos, vamos ter que substituir condutas e isso vai custar muito dinheiro, já agora, mas no futuro poderá não haver tanta disponibilidade por parte da Comunidade Europeia, se ainda existir, para nos dar dinheiro, podemos é ficar com as infraestruturas inoperacionais, portanto temos que fazer investimentos que sejam rentáveis, não vamos criar falsas expectativas, há zonas onde nunca iremos ter.

Obviamente, há outras que nós gostaríamos muito, mesmo de fazer, como é o caso do Lugar do Monte em que vamos servir 200 habitações, cerca de 600 pessoas, acho que é um investimento que se justifica, com 1 milhão e tal de euros, ou então na zona da Sr.ª da Saúde, também nas Marinhas e, como estamos a fazer agora na Serpa Pinto, que foi um assunto que foi trazido aqui à Assembleia e muito bem, fizemos o nosso trabalho e demos cumprimento àquilo que eram as expectativas da população, obviamente dentro das nossas limitações financeiras, estamos a fazer um troço como sabe, da Rua Forno da Cal até à Rua das Pedreiras e num futuro próximo gostaríamos muito de completar toda aquela infraestrutura.

A situação de Curvos certamente será analisada, avaliada ver se é ou não esgoto.

Quanto à questão da estação elevatória de Fão, é verdade, é da nossa responsabilidade concluir o que está lá à volta naquela zona mesmo da elevatória, mas, só ainda não foi feito e vou dizer-lhe porquê. Como sabe nós avançamos com o projeto da Ecovia Fão-Apúlia, é do conhecimento geral, aliás posso-lhe dizer que já foram abertas as propostas, o que quer dizer que brevemente avançaremos com as obras. Acontece que o traçado da Ecovia, eu fiz questão que, a Ecovia do Litoral fosse interligada com a Ecovia do Cávado, o que já fizemos na marginal de Fão agora estamos a seguir para Fonte Boa, pedi para que o projetista fizesse essa interligação (isso demorou mais cerca de 1 mês a fazer) que vai passar exatamente nessa zona, por isso é que está lá o passeio por pavimentar, não foi por esquecimento nosso, não vou

é fazer uma obra hoje e daqui a 2 meses ou 3 levantar tudo outra vez, temos que ser pragmáticos e aguentar, temos que aguentar a pressão das coisas.

Não está feito porque temos neste momento um projeto que está elaborado que vai inclusive fazer todo aquele arranjo na zona do lado contrário à tal elevatória, nós vamos arranjar aquilo tudo, senão não era uma situação aceitável sequer e portanto a justificação é tão simples quanto esta e é verdadeira e passível de ser verificada, só não foi feito porque queremos fazer aquilo no âmbito da empreitada e não vamos deitar dinheiro fora a fazer hoje e a desfazer amanhã.

Quanto à questão do Fojo, se as palmeiras estão a morrer eu não tenho culpa disso, já me acusaram de muita coisa em relação aquilo, mas não fui eu que fui lá secá-las.

As esplanadas é verdade que cada vez temos mais esplanadas, porque o setor de bebidas e restauração é um sector que está a crescer imenso no concelho, como foi verificado pelos dados que a ACICE nos disponibilizou a todos.

É preciso cumprir as regras.

E está em discussão agora um regulamento, e já agora agradecia imenso os vossos contributos de forma muito sincera, para esse regulamento, porque vamos ter que permitir a fixação das esplanadas ao solo e temos que fiscalizar bem para que não se fure nenhuma conduta de gás ou fibra ótica e às vezes numa atitude negligente, a pensar no melhor a pessoa pode causar um enorme problema, temos que fiscalizar mas vamos ter que permitir fixá-las, ou estrados em todas, mas onde não for possível temos que permitir fixar. A experiência em Esposende diz-nos que o vento é tanto que, mesmo em relação à regra que temos sobre as proteções que têm que ser colocadas a 1 metro e 80, nalgumas zonas viradas a norte ou num local onde haja mais vento, temos que permitir eventualmente uma altura um pouco superior. No fundo é tentar ir de encontro aquilo que têm sido as queixas das pessoas que têm estabelecimentos.

Ficamos a saber que o CDS defende a cobrança de taxas, nós fizemos um grande esforço para ajudar e o CDS defende as taxas numa lógica de que as taxas é que vão reger a ocupação do espaço público, quando isso não faz sentido nenhum, as regras para a ocupação do espaço público têm que ficar no regulamento.

Não vou onerar os nossos empresários da área da restauração só por uma questão de dizer vou por isto caro só para eles colocarem 10 metros e não 20.

Não vou cobrar as esplanadas às pessoas que querem trabalhar no meu concelho, pelo menos não é coisa que me passe pela cabeça nos dias de hoje.

Mas concordo consigo na abordagem que fez quanto à questão da publicidade, que não deve ser colocada no meio da rua.

A feira de velharias foi uma opção, não tenho qualquer "feedback" das pessoas, mas não me parece que haja descontentamentos.

Atendendo à natureza das questões que me foram colocadas nesta Assembleia Municipal, atenção que não estou a menosprezar aquilo que foi aqui dito, não posso é deixar de dizer que é sinal que as questões verdadeiramente importantes, de natureza macro, económicas, as coisas verdadeiramente importantes estão a ser bem-feitas!"

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Foi proposto pelo Presidente da Mesa da Assembleia juntar os assuntos relativos aos apoios às Juntas de Freguesia desde o Ponto 02.01 até ao Ponto 02.17 tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma exposição relativa a estes pontos, o qual informou que os assuntos apenas eram para conhecimento, como tal se houvesse alguma dúvida em relação a algum dos pontos teria todo o gosto em esclarecer, não se verificaram pedidos de esclarecimento por parte dos Senhores Deputados Municipais.-----

02.01 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE FEVEREIRO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de fevereiro de 2017, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.02 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE MARÇO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de março de 2017, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.03 - APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Belinho e Mar nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.04 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO – PARA CONHECIMENTO, NOS

TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.05 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

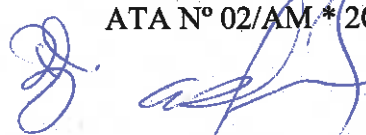
02.06 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.07 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE ANTAS PARA LIMPEZA DE PRAIAS, PINHAIS E ZONAS ENVOLVENTES – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 19º DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PREVISTAS NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2017.----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado



dia 23 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia de Antas nos termos do artigo 19º das Normas de Execução Orçamental previstas nos Documentos Previsionais para 2017. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.08 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO PARA LIMPEZA DE PRAIAS, PINHAIS E ZONAS ENVOLVENTES – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 19º DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PREVISTAS NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2017.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia de Apúlia e Fão nos termos do artigo 19º das Normas de Execução Orçamental previstas nos Documentos Previsionais para 2017. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.09 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR PARA LIMPEZA DE PRAIAS, PINHAIS E ZONAS ENVOLVENTES – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 19º DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PREVISTAS NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2017.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Belinho e Mar nos termos do artigo 19º das Normas de Execução Orçamental previstas nos Documentos Previsionais para 2017. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.10 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA PARA LIMPEZA DE PRAIAS, PINHAIS E ZONAS ENVOLVENTES – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 19º DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PREVISTAS NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2017.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra nos termos do artigo 19º das Normas de Execução Orçamental previstas nos Documentos Previsionais para 2017. Ficam

arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.11 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO PARA LIMPEZA DE PRAIAS, PINHAIS E ZONAS ENVOLVENTES – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 19º DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PREVISTAS NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2017.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto nos termos do artigo 19º das Normas de Execução Orçamental previstas nos Documentos Previsionais para 2017. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.12 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE FORJÃES PARA LIMPEZA DE PRAIAS, PINHAIS E ZONAS ENVOLVENTES – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 19º DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PREVISTAS NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2017.-----

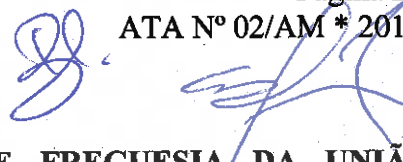
De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia de Forjães nos termos do artigo 19º das Normas de Execução Orçamental previstas nos Documentos Previsionais para 2017. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.13 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE GEMESSES PARA LIMPEZA DE RIOS, PINHAIS E ZONAS ENVOLVENTES – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 19º DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PREVISTAS NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2017.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia de Gemeses nos termos do artigo 19º das Normas de Execução Orçamental previstas nos Documentos Previsionais para 2017. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----



02.14 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS PARA LIMPEZA DOS ESPAÇOS ARQUEOLÓGICOS, PINHAIS, ÁREAS DE LAZER E ZONAS ENVOLVENTES – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 19º DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PREVISTAS NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2017.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos nos termos do artigo 19º das Normas de Execução Orçamental previstas nos Documentos Previsionais para 2017. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.15 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ PARA LIMPEZA DOS ESPAÇOS ARQUEOLÓGICOS, PINHAIS, ÁREAS DE LAZER E ZONAS ENVOLVENTES – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 19º DAS NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PREVISTAS NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2017.-----

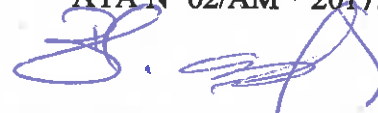
De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia de Vila Chã nos termos do artigo 19º das Normas de Execução Orçamental previstas nos Documentos Previsionais para 2017. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.16 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO PARA PROCEDER À CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A GARAGEM PARA OS VEÍCULOS DA AUTARQUIA – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----



02.17 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR PARA PROCEDER AO ARRANJO DA ZONA ENVOLVENTE AO MENIR E POÇO A POENTE DA IGREJA DE MAR – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de março de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Belinho e Mar nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.18 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2017 – 1ª REVISÃO EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 06 de abril de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, a 1ª Revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional 2017 da Eamb - Esposende Ambiente, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que o mesmo pudesse fazer uma exposição relativa a este ponto. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o assunto apenas é para conhecimento, assim, se houver alguma dúvida por parte dos Senhores Deputados está disponível para prestar os devidos esclarecimentos.-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“O investimento total global na Rua Serpa Pinto qual foi? Temos um financiamento de quanto?”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“165 milhões e o financiamento foi de 85% do valor do saneamento.”-----

Interveio novamente o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, questionando:

“No total da Rua Serpa Pinto, foi feita estimativa para uma intervenção global da colocação da rede?”-----



O Senhor Presidente da Câmara respondeu nos seguintes termos:

"Claro que sim, por isso é que tomamos aquela opção.

E sem fugir à sua pergunta permita-me apenas referir, porque não posso aqui deixar de transmitir uma palavra de agradecimento, e o Senhor Presidente da Junta concordará comigo com certeza, fez domingo oito dias, tive o cuidado de ir lá à zona das Pedreiras, e queria deixar uma palavra de agradecimento ao proprietário do terreno que nos deixou passar por lá e às pessoas a compreensão e a paciência que têm tido com as obras, porque aquele caminho é mesmo muito mau, mas era a única alternativa que tínhamos, no fundo é para benefício da população, mas é um grande sacrifício.

Quanto à sua questão, obviamente que na altura fizemos uma estimativa global e percebemos que não tínhamos dinheiro para fazer tudo e tomamos aquela opção primeira para conseguir resolver, interligar aquela intervenção com a que tinha sido feita na Rua das Pedreiras."-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.19 - RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 – EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o relatório e contas do exercício de 2016 da Eamb – Esposende Ambiente, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.20 - RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2016 – ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o relatório e contas do exercício de 2016 da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.21 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2016, PARA CONHECIMENTO, NOS

TERMOS DA ALÍNEA H) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO Nº 2 DO ARTIGO 10º DA LEI Nº 24/98, DE 26 DE MAIO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 06 de abril de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no Ano de 2016, nos termos da alínea h) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 10º da Lei nº 24/98, de 26 de maio. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.22 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DA 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2017, NOS TERMOS DA AL. O) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 06 de abril de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal relativa à 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2017, nos termos da alínea o) do nº 1 do Artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2017, NOS PRECISOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.-----

02.23 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE DUAS PARCELAS DE TERRENO COM AS ÁREAS DE 600 M2 E 1350 M2, DA FREGUESIA DE ANTAS E A SUA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO E POSTERIOR ALIENAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA Q) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 23 de março de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal para Desafetação do Domínio Público Municipal de duas parcelas de terreno com as áreas de 600 m2 e 1350 m2, da freguesia de Antas e a sua integração no domínio privado do Município e posterior alienação, nos termos da alínea q) do nº 1 do Artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara tendo o mesmo referido:

“Este é um assunto muito antigo, eu diria que é um assunto que ficou no esquecimento, que se perdeu na memória coletiva.

A antiga estrada acabou por ser praticamente integrada em terrenos particulares, nada que o Senhor Presidente da Junta de Antas não tenha vindo sempre a lembrar ao longo dos anos, pelo menos desde que eu estou na Câmara há 7 anos e tal, não sei se no passado, mas eu respondo por mim e era uma situação que efetivamente era urgente de resolver, porque não é correto que os particulares se apoderem daquilo que é público.

E tivemos que fazer aqui um grande exercício, porque hoje já não há evidências da estrada, houve um proprietário que fez terraplanagem, outro fez não sei o quê.

Tivemos que recuperar a cartografia antiga, perceber qual era o traçado da estrada, qual era o perfil e em função disso e da cartografia que tínhamos e conseguimos ver nos documentos a cartografia antiga, conseguir definir os metros quadrados, fundindo isto obviamente com um levantamento topográfico atual do que lá existe, para sabermos exatamente de que é que estávamos a falar.

Dividimos em 2 artigos digamos assim, 1 correspondente a uma parcela e o outro correspondente a outra e, depois deste ato de integração no domínio privado do Município, passaremos a uma hasta pública e naturalmente os maiores interessados serão os proprietários dos terrenos confinantes, mas podem não ser eles, terão que lutar pelo valor, é assim aliás que funcionam as hastas públicas e há uma avaliação do terreno abaixo do qual nunca o venderemos, não vamos dá-lo de certeza, esse será a base e a partir daí tentaremos que apareçam interessados em comprar os terrenos.

Regularizaremos assim a situação que era mesmo até do interesse dos próprios proprietários porque nunca a Câmara poderia permitir qualquer licenciamento de um edifício ou do que quer que fosse sabendo que existia aquilo ali.

Vamos partir então, se a proposta for aprovada, para a hasta pública, para recuperar dinheiro que é de todos."-----

Colocado o assunto à discussão dos membros da Assembleia, interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, solicitando os esclarecimentos que se transcrevem:

"Qual a localização destes terrenos ficam em zona com viabilidade de construção, em contexto de zona de reserva, com condicionantes, tem dados sobre isso?"-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu:

"Conheço o processo muito bem e grande parte deles situam-se em zona industrial, fazem parte do Pólo Industrial de Antas."-----

O Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, voltou a intervir questionando:

"Então se já era conhecido o assunto porque é que se arrastou tanto tempo, porque não se fez nada antes? Não era resolvido porque?"-----

O Senhor Presidente da Câmara pediu ao Presidente da Junta de Antas que esclarecesse o Dr. Manuel Carvoeiro, tendo o mesmo referido:

"Em tempos que já lá vão, eu arranjei uma cópia na JAE e entreguei na Câmara, não sei se existe ou não no processo, aquela parte que ficou de fora, foi cedida à Câmara Municipal, mas nunca ninguém se interessou em saber de quem era o terreno e há uns anos atrás, ainda eu não estava na junta, os proprietários dos terrenos confinantes, Maranhão e companhia,

começaram a construir pavilhões na zona industrial e ocuparam aquele terreno e eu apresentei uma queixa na Câmara. Mas o Maranhão disse que tinha comprado, tendo passado inclusivamente um cheque à JAE, que questionada respondeu que não, aquele cheque destinou-se apenas a pagar umas taxas. A partir daí desencadeou-se todo o processo que embora com alguns recuos, julgo que hoje poderá chegar ao fim”-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E ASSIM AUTORIZAR A DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL AS PARCELAS DESCRITAS NA PROPOSTA E CONSEQUENTEMENTE AUTORIZAR A SUA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE COM VISTA A CONCRETIZAR A SUA ALIENAÇÃO.-----

02.24 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A AQUISIÇÃO DE 2 PRÉDIOS NA FREGUESIA DE APÚLIA – U.F. DE APÚLIA E FÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA I) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal para a aquisição de 2 prédios na freguesia de Apúlia – U.F. de Apúlia e Fão, nos termos da alínea i) do nº 1 do Artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Dr. Artur Viana, do Grupo Político do CDS, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

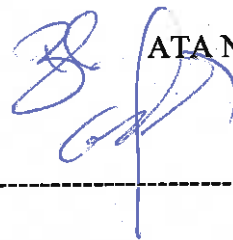
“Relativamente a este assunto, não desvalorizando o interesse claro no edifício, na sua arquitetura única, que infelizmente há pessoas que já apelidaram aquele edifício de “casa fantasma” questiono apenas porquê a aquisição deste edifício e porque não se questionou a aquisição de outros edifícios, o Forte de S. João Batista, parte da Estação Rádio Naval, ou mesmo o palacete junto ao Bom Jesus em Fão? Porquê umas opções em detrimento de outras?”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“Em relação ao Forte de S. João Batista e da Estação Rádio Naval, porque é que não compramos ainda? Porque o Estado não quer vender. Estamos a falar de coisas distintas e temos que ter prioridades, nós não temos dinheiro para comprar todos os imóveis que gostaríamos e que até podiam ter carácter público, temos que tomar opções e para nós aquela era a primeira prioridade.”-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

“A iniciativa de aquisição deste imóvel aconteceu só neste executivo ou já houve tentativa de



aquisição por parte de anteriores executivos?”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“Daquilo que conheço, em tempos houve negociações, desconheço o motivo por que não se chegou a acordo para a aquisição do imóvel.”-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E ASSIM AUTORIZAR A AQUISIÇÃO DOS PRÉDIOS DESCRITOS NA PROPOSTA.-----

MAIS DELIBEROU APROVAR A MINUTA DA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA, NOS TERMOS APRESENTADOS, BEM COMO DEU AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS FUTUROS PARA OS ANOS DE 2018 E 2019, NO MONTANTE DE 200.000,00€ E 150.000,00€, RESPECTIVAMENTE.-----

O ENCARGO RESULTANTE DESTA AQUISIÇÃO FICA CATIVO, ATRAVÉS DO COMPROMISSO NÚMERO 1188/2017, VALOR NECESSÁRIO PARA A ASSUNÇÃO DA RESPECTIVA DESPESA.-----

02.25 - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2016, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, o Relatório de Gestão do Município de Esposende referente ao Ano de 2016, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este deu uma breve explicação do assunto, tendo realçando o seguinte:

“Este Relatório de Gestão e Contas é digno do Município de Esposende, na medida em que reflete um trabalho de rigor financeiro e de bem saber aproveitar as oportunidades que aparecem. O resultado foi aquele que é do conhecimento geral, uma execução de receita de 104%, 76% de execução da despesa e uma capacidade de endividamento de 17 milhões de euros, com rácios de liquidez geral e liquidez imediata acima dos 200%, tendo-se atingido um superavit de 6 milhões e 143 mil euros. Não há memória de se apresentar um Relatório de Contas assim e o resultado é de extrema coerência com aquilo que disse quando me candidatei à Câmara Municipal de Esposende, sendo ponto de honra ter dito e ter cumprido. Apelo ao sentido de responsabilidade dos membros da Assembleia, libertem-se da componente político-partidária e votem favoravelmente este documento, por ser um documento de rigor que reflete a saúde financeira do Município e dá esperança e garante de sustentabilidade para no futuro continuarmos com estes investimentos, nas mais diversas áreas.”-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Dr. Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, apresentando a declaração que se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende



*Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

O Relatório de Gestão do Município relativo ao ano 2016, mais uma vez um excelente desempenho financeiro apresentando níveis de execução elevados, 104% no orçamento da receita, 76% no orçamento da despesa e um resultado líquido superior em 33% face ao de 2015. Estes resultados colocam Esposende, mais uma vez, no topo da tabela dos Municípios com melhores resultados financeiros.

O superavit apresentado, que ultrapassa os 6 milhões de euros, vai permitir que se realizem mais investimentos no nosso concelho para além dos que se encontram já no terreno e, além disso merece destaque a margem que o município tem no que refere à capacidade de endividamento – superior a 17 milhões de euros, sem dívidas a curto prazo, com liquidez geral na ordem dos 217% e a liquidez imediata no patamar dos 200%.

Estes resultados, Sr Presidente, refletem, rigor e equilíbrio, parâmetros que têm guiado a gestão do seu executivo. Diria mais uma gestão Eficiente, Transparente e Sustentável.

Esta forma de gerir, com certeza, cria condições para que o início de um novo ciclo se faça com muita esperança e com a noção de que o Município de Esposende pode olhar para as candidaturas ao Portugal 2020 como uma grande janela de oportunidades e preparado, assim, para carrear para este concelho um conjunto assinalável de novos investimentos.

Não restam dúvidas, a nós pelo menos, que Esposende investiu, de facto, naquilo que as pessoas mais precisam e, ao mesmo tempo, naquilo que é necessário para o desenvolvimento do concelho.

Aos bons resultados da gestão da Câmara Municipal, junta-se também o bom desempenho das empresas municipais Esposende Ambiente e Esposende 2000, cujos Relatórios e Contas aqui nos foram apresentados.

Pelas razões expostas e felicitando, mais uma vez, o Sr. Presidente da Câmara e seu executivo pelo excelente desempenho à frente do nosso Município, o Grupo Político do PSD não deixará de votar favoravelmente estes instrumentos de gestão camarária.”-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, apresentando a declaração que se transcreve:

“Sobre esta matéria, começava por sinalizar um aspeto positivo no contexto desta discussão, que foi a chamada de atenção e apreciação que o Senhor Presidente fez, numa declaração de voto apresentada numa Reunião de Câmara em que esta matéria foi discutida, em que pôs em destaque a falta de coerência da oposição, que durante 3 anos optaram pelo silêncio, condescenderam com as opções políticas deste executivo e agora numa atitude de fim de mandato e na proximidade de novo ciclo eleitoral dizem como que o dito por não dito, chumbando agora aquilo que nos 3 anos anteriores apoiaram.

Na política, como na vida temos que ser sérios nas abordagens e nas opções que tomamos, não podemos andar durante 3 anos a adotar determinadas posturas e atitudes e depois passar como que uma esponja para colocar o contador a zeros, dizendo que para trás estiveram contra as coisas e estão contra as coisas, quando isso não é verdade, houve atitudes de muita passividade em relação às opções da Câmara e agora somos confrontados com atitudes muito estranhas, pondo em causa aquilo com o qual concordaram.

Posto isto, devo dizer que condutas destas me indignam, não é politicamente sério, não é correto.

Eu entendo que temos que fazer esta discussão em dois campos de abordagem, um deles numa feição de natureza mais política, dizer que ao contrário do que afirmou há pouco, as coisas macro, afinal não estão a ser bem-feitas e neste campo de abordagem, no tempo certo o PCP, disse que o rumo desta Câmara para nós PCP, não era o mais correto e por isso na altura aquando do debate dos documentos previsionais dissemos que esta Câmara no seguimento de executivos anteriores, tinha uma atitude errática, sem rumo e estratégia e até falha de ambição e por isso, de forma coerente, na altura votamos contra e aí marcamos politicamente as nossas divergências com as opções deste município.

Recordar-se-ão que nós enfatizamos a necessidade de apostar mais numa dinamização da nossa biblioteca, há vários anos que vimos falando na necessidade de dinamizar as atividades culturais e a vertente cultural de atuação deste município, quicá pela via da criação de um centro de artes, de uma escola, de um edifício, de um espaço que permita ir por esse caminho.

Da necessidade emergente da construção de 1 edifício jardim-de-infância para o ensino pré-escolar público em Esposende, nas questões da saúde, da educação, nas grandes questões macro que poderão definir o rumo e catapultar o nosso concelho para patamares de desenvolvimento, nós temos alertado para essas situações, por isso, porque as opções gizadas pela Câmara não correspondem às nossas, nós com toda a franqueza votamos contra.

Este é um campo de análise, estamos agora perante uma situação que é a de ver o grau de concretização daquilo que ficou plasmado nos Instrumentos Previsionais e no que concerne a essa matéria, devo dizer que acolho alguma da sua argumentação, embora a visão errática ainda se mantém aqui de alguma forma, aliás o Senhor Presidente deu aqui um exemplo, a aquisição daquele edifício é importante, certo, por isso votei a favor, mas ainda não sabe muito bem porque é que adquiriu o edifício.

Quanto à concretização daquilo que anteriormente foi apresentado em termos de grande plano, em termos de documentos previsionais, posso dizer sem problema nenhum que efetivamente estamos aqui perante uma execução de 104% na parte da receita e uma execução de 76% na parte da despesa e isto levará a que o sentido de voto do PCP se encaminhe no sentido da abstenção.”-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. João Felgueiras, do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

“Para alguns de nós, aqui presentes, e porque o poder democrático assim o permitiu, com todas as portas que Abril abriu e que foram reforçadas com a “edificação” do poder local, esta poderá ser a última vez que votamos um relatório de gestão do município. Assim o dita o “poder” para o qual fomos investidos pelo povo. Será por isso, um fim de ciclo.

E seria bom Senhor Presidente, que hoje fosse “o dia inteiro e limpo” para este relatório de Gestão. Mas não o é!!! Não pode ser.

Não o é, porque aquilo que se foi prometendo em orçamentos não foi sendo cumprido; porque assistimos a uma desaceleração gritante do investimento no nosso concelho, ao contrário da mensagem que nos querem fazer passar. Bem sei que se dirá que é agora... que é neste ano que se irá cumprir o que não foi feito no passado recente, mas a verdade é que os números são cruéis, e fazendo uma análise a este último ano, constata-se que se manteve a mesma toada de desinvestimento.

É certo Senhor Presidente que a situação financeira do Município é “considerada”, digamos, exemplar; todavia, perguntamos: mas a que custo?

E depois Senhor Presidente o que se diz não é propriamente o que os números mostram e, digo-lhe que confio mais nos números que nas palavras. Basta verificar que apesar de se dizer que “não há memória de tão elevado investimento direto da Câmara Municipal nas



Freguesias”, o Relatório de Gestão, demonstra, inequivocamente a queda no investimento nas mesmas. (página 78)

Mas, apesar do desinvestimento, nunca o Município arrecadou tanto em impostos como neste mandato.

Como o dinheiro não se esfuma, a balança pendeu para o lado da poupança. Não gastar mais do que o que se tem, é o primeiro princípio da boa gestão, mas “garrotar” o Concelho, para atingir esse objetivo, e apostar fortemente apenas no ano eleitoral, não me parece uma boa regra.

Não vou ser fastidioso Senhor Presidente,

Comungando dos fundamentos apresentados pelo Vereador João Nunes na última reunião camarária, considerando a excelente situação financeira da Câmara Municipal ao ponto de abdicar do recurso ao empréstimo bancário autorizado por esta Assembleia Municipal, e atentos ao tão trombeteado anúncio de tanto investimento neste ano de 2017, embora um pouco céticos, damos-lhe o benefício da dívida.

Por isso optamos pela abstenção.”-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Artur Viana, do Grupo Político do CDS, apresentando a declaração que se transcreve:

“Antes de passar propriamente a uma análise mais detalhada deste documento, quero só dar aqui umas palavras, até porque a Vereadora a quem o Senhor deputado Manuel Carvoeiro se referiu não está presente e não querendo eu substituir-me a ela até porque ela tem capacidade própria de resposta e irá fazê-lo, quero só chamar a atenção para o seguinte facto:

- a simples questão de fazer um voto favorável de uma proposta de orçamento, não significa que a mesma tenha que ser aprovada no seu relatório, até porque a sua gestão pode não ter sido a melhor, a forma de a executar igualmente, portanto uma coisa não obriga a uma coerência direta sobre a aprovação do relatório em si.

Portanto não acho que isto seja uma decisão unânime nestas questões e não podemos estar a acusar um elemento da vereação por ter tido uma opinião diferente na análise do relatório de contas, perante uma proposta que tinha sido apresentada e que até tinha aprovado.

Portanto, não vou estar aqui a defender a pessoa, apenas o Grupo que represento, falando na minha pessoa, eu tenho constantemente feito inclusive críticas aos Relatórios de Contas independentemente da sua aprovação ou não, não deixamos passar de forma vazia, estamos aqui para questionar, para indignar quando é caso disso, portanto fazemos o nosso papel e isso independentemente da posição que possamos ou não vir a tomar.

Relativamente às palavras do Senhor Presidente, tem um discurso muito apelativo ao coração, com muitos floreios fazendo-nos crer que as palavras são perfeitas e as ações são conscientes e sempre feitas com as melhores intenções, não vou dizer que não, mas não vou dizer que sejam as melhores decisões.

Eu aprendi na minha educação que quando fazemos algo com gosto, não devemos exigir agradecimentos ou vangloriar-mo-nos desses factos, no entanto o Presidente do executivo não assume e não tem esta mesma opinião e utiliza todos os meios para se vangloriar das obras que tem feito, não questiono aqui se são 138, se são 140 ou 150, mas devemos ser algo comedidos.

Por exemplo os outdoors que existem por aí espalhados talvez tivessem mais utilidade de informação do povo, do que propriamente a publicação com o nº de obras que estão a ser realizadas, portanto há diferentes interpretações daquilo que são as palavras do Senhor Presidente.

Além disso, o Senhor Presidente tem abordado a temática nas suas intervenções que tem feito nos lançamentos das várias pedras ou obras, que dá a entender que no passado nada tenha sido feito em Esposende, até à sua chegada a Presidente, claro esquecendo-se que já está no presente executivo

municipal há quase 8 anos, há aqui uma intervenção já com algum percurso.

Já agora, um aparte, quando se questiona aqui, por nós deputados municipais, no direito de intervenção que temos de várias questões, apelidadas de pequenas questões, nós estamos aqui a fazer um papel que é representar o povo e se o povo nos apresenta estas questões no seu dia-a-dia, é aqui neste local que nós as devemos colocar e se não colocamos aqui questões de foro das grandes intervenções, talvez porque não tenhamos conhecimento dos conteúdos reais dessas grandes intervenções e portanto para falar do que não se conhece mais vale estar calado.

Relativamente ao Relatório de Gestão de 2016, mais uma vez podemos aqui analisar a forma como tem sido feito o investimento nestes últimos anos e 2016 não foi por aí uma exceção relativamente aos últimos anos deste presente executivo, ou seja e talvez o Senhor Presidente não goste de ouvir mas eu tenho dito constantemente é poupar, poupar, obviamente fazendo algumas obras, mal era se não se fizesse nada durante os 4 anos, mas o grande objetivo é o último ano, para não dizer os últimos 6 meses, claro que pode sempre dizer que os fundos comunitários só agora ficaram disponíveis, mas há aqui muitas obras e tem sido dito por si, que não têm ajudas comunitárias, são dinheiros 100% do município, então porque é que ficaram para esta reta final?

Se fossemos fazer uma análise com mais pormenor, verifica-se que 2016 foi dos anos com menor investimento da última década, portanto não podemos dizer que o relatório em si expressa um trabalho magnífico, longe disso.

Até porque, neste relatório ainda faltam fazer as grandes obras no município, não sei se vão ser feitas este ano, se ficarão para um próximo executivo, mas convém lembrar que o povo de Esposende precisa de muitas obras que até já foram aqui faladas, discutidas que sem dúvida são grandes obras e que devem ser prioridade, como o Forte S. João Batista, a Estação Rádio Naval, o Parque da cidade, a variante sul de fão, uma obra fundamental para o povo e para o desenvolvimento turístico, a futura variante da cidade de Esposende que podia ter sido incluída no projeto do canal aproveitando já a aquisição dos terrenos, a própria marina de recreio que é preciso também dar-lhe uma saída, a rede de transportes municipais que é quase inexistente que as pessoas se queixam que é uma dificuldade tremenda ter acesso a uma rede de transporte.

Há ainda aqui muitos itens a trabalhar, claro que o tempo não se esgota em 4 anos mas é importante ter isso presente nas propostas que se pretende apresentar.

Portanto, é a minha análise que eu faço a este relatório de contas e eu tenho dito constantemente que ter muito dinheiro no banco, não é propriamente fazer uma boa gestão autárquica.

Tenho dito. "-----"

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

"Senhor Presidente, antes de mais fazer uma referência que aqui foi feita pelo Dr. Penteadinho Neiva, mas obviamente que me escapou e que eu não podia deixar que isso acontecesse, tinha a ver precisamente com o desempenho das empresas municipais, com o grupo municipal, não é apenas a Câmara, é uma forma de encarar as contas públicas que é extensivo em termos de responsabilidade aos Conselhos de Administração das duas empresas municipais e não podia deixar de fazer, aliás fi-lo através de uma declaração de voto dando público louvor ao trabalho desempenhado pelos Conselhos de Administração das empresas municipais e também a própria Zendensino que apresentou um resultado muito interessante, penso que terá sido o melhor resultado da Cooperativa e sinto-me muito contente com isso.

Aproveitar para dar nota que foi intenção do Município recuperar a maior parte do capital da Zendensino, foi uma proposta apresentada em Assembleia e aprovada por unanimidade a seu tempo, tem a ver com o Tribunal de Contas, será levado à Câmara e à Assembleia e portanto a Câmara voltará a ter a maior parte do capital, só abdicamos dele em função de uma lei que a isso obrigava, entretanto a lei mudou e permite que possamos estar novamente na posse da maior parte do capital e era uma questão de princípio fazê-lo.

Quanto às questões que foram aqui colocadas por parte do Dr. Manuel Carvoeiro, eu quase lhe poderia agradecer a forma como colocou aqui as questões, eu entendo que tenha que ter um argumento qualquer para não votar a favor e que tenha questões de princípio que o levam a não votar favoravelmente, mas não é possível fazer tudo, quem está a gerir seja na própria família, numa empresa, seja onde for, obviamente que tem que tomar opções, viver em função dos seus rendimentos, não se pode dar mais do que se tem, nem comprar tudo o que se quer. Eu gostaria imenso de fazer muitas das coisas que são aqui faladas, mas não há dinheiro para tudo e portanto temos que ter prioridades, dando resposta aquilo que o povo nos pede, é importante pensarmos assim, quando as pessoas vão falar com os senhores Presidentes de Junta ou quando nós nos apresentamos a eleições, levamos um programa eleitoral e comprometemo-nos a fazer determinadas coisas e são essas que devemos tentar fazer na medida do possível, fica sempre muita coisa por fazer, é claro que sim, não há caso nenhum em que as pessoas fiquem 100% satisfeitas que não queiram mais nada e o que nos diferencia é isso, enquanto vocês encontram sempre coisas que não foram feitas, eu também as encontro mas não podemos fazer todas, isso não pode ser motivo para não votar favoravelmente um documento destes, tem que haver exatamente o cumprimento daquilo que foram os nossos objetivos iniciais e eles foram claramente ultrapassados e por isso é que merece no mínimo essa intenção de voto se é que me permite comentar a sua intenção de voto, no mínimo isso.

Quanto ao resto obviamente que não concordo que não haja dinamização da biblioteca, que não haja investimento na cultura.

Nós somos muitas vezes acusados, e o próprio Partido Comunista nos acusa de fazermos coisas a mais, de termos muitas atividades, "somos presos por ter cão e presos por não ter" naturalmente são apreciações de alguma forma um pouco injustas, politicamente falando obviamente.

Mas não diga que eu não sei porque é que compramos o edifício Pérola, eu sei porque é que compramos aquele edifício, mas não devemos pensar que nós é que temos as soluções todas para as coisas, eu não penso assim, acho que já dei mais do que provas disso, está comprado, é nosso, é do Município, é da freguesia de Apúlia, vamos pensar no que lá vamos fazer, uma coisa que seja útil, pensando sempre que para recuperar um edifício daqueles não nos chegará 1 milhão de euros, ficará para cima de 1 milhão e meio de euros seguramente, portanto, não vamos gastar o dinheiro todo do Município a arranjar aquele edifício só porque fica muito bonito, temos que desenvolver um estudo prévio, pensar no que se pode lá instalar, pensar nas fontes de financiamento, é um processo que demora o seu tempo e tem que ser encarado assim, é sempre assim que as coisas funcionam, mas não diga que eu não sei para que é que compramos aquilo, porque não corresponde à verdade.

Quanto ao Senhor Deputado Dr. João Felgueiras, palavras suas, "uma situação exemplar", é verdade a situação das contas é mesmo essa, temos que a assumir.

Quanto à questão de ser pouco o investimento os números não mentem é verdade, os meus também não, há quem diga que se os torcermos dizem aquilo que nós queremos, mas os meus, por aquilo que têm sido as nossas apresentações de contas nunca foi preciso fazer essa ginástica e massacrar os números.

O problema, é quando nós fazemos uma apreciação e o sentimento geral da população é exatamente o contrário.

Mas o problema é que o volume de investimento que é feito no Município, a população sabe, a maior parte das pessoas vê as obras a serem feitas nas freguesias, vê os investimentos a serem feitos, mesmo perante a crueldade dos números como dizia, o sentimento geral da população

não é esse seguramente, as pessoas sabem que está a ser feito trabalho, que estão a ser feitas obras, porque beneficiam dessas infraestruturas, aliás até somos criticados por lançar primeiras pedras, foram atos que sempre se praticaram em qualquer Câmara do país e nós até somos bastante comedidos, posso-lhe dar um exemplo, está ali o Senhor Presidente da Junta de Forjães, gastamos agora lá à volta de 100 mil euros a recuperar o Centro Cultural Rodrigues Faria, que estava há 20 anos sem nenhuma intervenção, estava a meter água, tinha muitas infiltrações, um edifício com muito património, não vamos lá pôr nenhuma placa nem nada disso, não vale a pena, o edifício está recuperado, está ao serviço da junta de freguesia e da população e está muito bem, não precisamos de andar a inaugurar caminhos nem nada disso, fazemos quando são obras que têm alguma dimensão e quando as freguesias querem que assim seja.

As questões do Dr. Artur Viana, quanto aos outdoors eu sei que incomoda mas vai ter que conviver com isso, porque é verdade, aliás já aumentaram o número de obras realizadas, já está em prejuízo do executivo, mas deixe ficar assim, que está bem.

Eu estou a dizer isto em jeito de brincadeira, mas é muito sério, nós temos obrigação de dizer às pessoas aquilo que temos feito, como é que é possível nós andarmos a fazer o trabalho que andamos a fazer, termos os investimentos que temos e depois ouvir na opinião pública, na "imprensa" pessoas a mentirem descaradamente a respeito do que nós fazemos, claro que nós temos obrigação de informar as pessoas, portanto não é fazer propaganda é dizer a verdade, é um princípio básico do exercício da democracia.

De resto, eu ouvi um conjunto de apreciações que fez de natureza pessoal e portanto que não têm nada a ver com as contas em si mesmo.

Depois diz: "dinheiros do município, porquê só agora? Os fundos comunitários tinham justificação, mas e o dinheiro do município?"

O problema é que no passado não havia uma coisa que se chama lei dos compromissos, só que agora para se lançar uma empreitada é preciso ter dinheiro para a fazer, é uma diferença muito grande, no passado mandava-se fazer tudo o que se queria e depois se não houvesse dinheiro, faziam-se os empréstimos e pagava-se, os empreiteiros esperavam 1 ano ou 2, ou 3 pelo dinheiro, só que agora há uma lei que até dá perda de mandato se não for cumprida, a Lei dos Compromissos, que nos obriga a ter o dinheiro primeiro, portanto só podemos fazer as intervenções agora, porque poupamos no tempo que tínhamos que poupar, temos fundos financeiros para fazer as obras, até para se lançar o próprio concurso, não é entregar a obra, para o próprio procedimento tem que haver dinheiro, tem que se fazer uma cabimentação e tem que ir lá a folhinha a dizer que há cumprimento da lei dos compromissos, por isso é que não era possível ter feito antes, se fosse pode ter a certeza que o maior interessado em ter feito estas obras há um ano atrás teria sido eu, não teriam sido vocês.

Quanto à Variante, isto é uma pérola e eu peço desculpa pela reação que tive mas, nem tudo o que se diz nas redes sociais é verdade, anda a ver muito "facebook"...

Isso não tem ponta por onde se pegue, antes fosse, quem me dera fazer a Variante de Esposende ou a Variante de Ofir, que feliz que eu ficava, mas isso não é assim.

O senhor sabe muito, como toda a gente nesta sala, que os fundos comunitários não são um bolo de dinheiro que lá está e a gente chega lá trás o dinheiro e depois vai ver o que faz com ele, saem os avisos direcionados para determinadas áreas de investimento e nós ou temos hipóteses de nos candidatar dentro daquelas áreas, ou não temos.

O aviso do canal era especificamente para aquilo, "Combate às Cheias e Inundações", somos uma zona vulnerável e fomos assim considerados pela APA e só por estarmos classificados

assim, conseguimos aceder aquele tipo de financiamento, para aquilo.

Não dá para fazer estrada nenhuma, isso são as pessoas a tentar fazer crer às pessoas lá fora que tomamos a opção errada e que bom, bom era termos feito estradas, não havia nenhum aviso ao qual nós pudéssemos ter concorrido para se fazer a Variante em Esposende, isso é uma mentira e venha alguém dizer aqui á minha frente, ou na Câmara, ou na rua dizer o contrário, isso é mentira!

O Senhor disse que podia ter feito a estrada em vez do canal, não é verdade, a candidatura para a obra do canal é específica para aquilo não há candidaturas para fazer estradas, isso é uma mentira pegada para enganar as pessoas e colocar os proprietários dos terrenos contra nós, mas não estão a conseguir, já temos mais de 150 acordos feitos, portanto as pessoas sabem muito bem o que andam a fazer e quais são as intenções do município, portanto essa ideia que tentam passar lá para fora infelizmente não corresponde à verdade, seria muito bom que se pudesse fazer aquela estrada."

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2016.

Votaram a favor 12 membros do Grupo Político do PSD e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e das Uniãos de Freguesia, num total de 21. Votaram contra 5 membros do Grupo Político do PS, 1 membro do Grupo Político do PCP e 2 membros do Grupo Político do CDS, num total de 8.

02.26 - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2017 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E REVISÃO ORÇAMENTAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de abril de 2017, foram presentes na sessão, para aprovação, os Documentos Previsionais para o ano de 2017 – Orçamento, Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Revisão Orçamental, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REVISÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O CORRENTE ANO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.

02.27 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE COMO ASSOCIADA DA ANAM - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS - PROPOSTA.

Foi presente na sessão, para apreciação e votação Proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para adesão da Assembleia Municipal de Esposende como associada da ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, com o seguinte teor:

- "1) Resulta do artigo 235.º, n.º 1 da CRP que a organização democrática do Estado português compreende, também, a existência de municípios;*
- 2) Tais municípios, de acordo com o artigo 253.º da CRP, podem constituir associações para a administração de interesses comuns;*
- 3) Por conseguinte, em decorrência do estatuido pelo artigo 1.º da Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, é passível aos municípios associarem-se para efeitos da sua representação institucional junto dos órgãos de soberania e da administração central;*
- 4) Determina ainda o artigo 2.º da mesma Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, que tais associações podem constituir-se como pessoas coletivas de direito privado, nos termos da lei civil;*
- 5) A ANAM, enquanto associação de direito privado que é, rege-se, entre o mais, pelo estipulado nos artigos 157.º e seguintes do Código Civil;*
- 6) De acordo com o artigo 2.º, n.º 1 dos seus estatutos, constitui objeto da ANAM a valorização do papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios;*
- 7) Valorização essa que, na senda do espírito democratizante da Constituinte de 1975-1976, visa salvaguardar o papel da assembleia municipal enquanto verdadeira "casa da democracia" no âmbito local;*
- 8) "Casa da democracia" essa que tutela um poder partilhado, interdependente e sucessivamente fiscalizado, reflexo de comunidades maduras e civicamente engajadas;*
- 9) A adesão a uma associação de municípios – e aqui especificamente a adesão à ANAM – encontra-se dependente do acordo do município;*
- 10) A deliberação da adesão a uma associação deste cariz constitui "(...) uma competência tipicamente reservada à assembleia municipal (...)” – cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, Vol. II, Coimbra Editora, 2010, p. 768.*
- Anexo: Estatutos da ANAM e valor de quotas, referentes ao ano de 2017, aprovado em 25/03/2017." Seguem-se data e assinatura. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito. -----*

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RETIRAR ESTE PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS.-----

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Sr. José Manuel Cardoso que em síntese disse:

"Muito obrigado Senhor Presidente por me dar oportunidade de falar.

Sou um cidadão que comemora todos os anos o 25 de Abril, porque é por causa do 25 de Abril que eu posso estar aqui a falar com vocês e vocês ouvirem-me, mas infelizmente o 25 de Abril ainda tem muitas lacunas, no que diz respeito a direitos, deveres e oportunidades.

Fiz um investimento e fui severamente prejudicado pelas ilegalidades lá cometidas, mas já expus o meu assunto aqui e não vou voltar a fazê-lo, nessa altura o Senhor Presidente da Câmara disse que os regulamentos iriam ser alterados mas só depois da época balnear, porque já se aproximava a época balnear, mas os regulamentos das esplanadas não foram modificados. Portanto, não vou novamente expor as minhas tristezas porque eu nem sou o mais prejudicado de todos, mas há uma vítima que se resigna e acho que ele até gosta de ser



mártire, mas a família dele precisa de comer todos os dias e está a ser severamente prejudicada e vou-lhes mostrar quem é a verdadeira vítima.

A verdadeira vítima é esta senhora que está aqui ao meu lado, que é minha cunhada, que investiu todas as economias que tinha e que não tinha e hoje está na contingência de fechar portas e não tem meios de subsistência e o Senhor Presidente em relação às esplanadas ainda não fez nada.

E eu estou muito preocupado, o Senhor Presidente disse que até ao dia 11 de Maio aquela esplanada era removida.

E a lei diz que ninguém se deve apoderar de terrenos públicos, mas ali não houve uma apoderação de um espaço público, aquilo foi um roubo e não devia ser eu a estar aqui, eu tenho sido ameaçado com telefonemas anónimos, o meu espaço tem sido vandalizado, mas eu aprendi uma coisa com um professor há muitos anos que dizia que “um homem só é homem quando se indignar contra as injustiças”. Eu não tenho nada contra vocês são pessoas dignas, pessoas que eu respeito muito, mas se fosse o meu pai que estivesse aí eu dizia exatamente a mesma coisa que estou a dizer.

Portanto, esta senhora encarna a verdadeira vítima e são elas que se vão agora vitimizar caso isto vá para a frente, mas eu não acredito que vá e eu tenho legitimidade para dizer isto.

Porquê?

Porque, em abril 2015 e eu tenho esse ofício, a Câmara Municipal de Esposende enviou uma notificação há infratora a dar 10 dias para deitar aquilo abaixo e nada fizeram.

Eu disse abril de 2015 e estamos em 2017.

Portanto, ela pensa que isto é mais um “fait divers” e não acredita e ainda mais digo, em tom jocoso ela goza com esta notificação, porque esta senhora foi legitimada por vocês.

Além de não ter acolhido a notificação do executivo, ainda aumentou, cada vez vai aumentando mais e pensa que está imune, que está acima da lei e ninguém está acima da lei, isto é uma questão de cidadania e eu como cidadão vou esperar tranquilamente até ao dia 11 de Maio, não sei porquê esta data porque aquilo já devia ter sido demolido em abril de 2015 e é a última vez que eu faço aqui uma intervenção, agora vou acionar os meios judiciais para que seja reposta a legalidade e não vou estar com meias medidas, eu vou até ao fim.

Eu sou uma pessoa legalista, procuro ser o mais legalista possível e não admito que outros não o sejam.

E portanto, eu vou ser como S. Tomé só vou acreditar quando vir.

Os regulamentos que estão a vigorar dizem que as esplanadas têm que estar confinadas ao espaço da loja e não está, está confinada a 4 espaços, porque é que ela pode ter uma esplanada que não está confinada ao espaço dela, ela diz que a loja ao lado lhe cedeu aquele espaço. Que eu saiba aquele espaço é público portanto não é da senhora do lado, se a senhora não o quiser e o regulamento aí diz que tem que ir a leilão, portanto tanto pode ser dela como meu, não é só retirar a coisa é confinar ao espaço.

Obrigado.”

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu, nos seguintes termos:

“Eu dei uma explicação há pouco, sobre a situação.

Aquela data resulta deles terem submetido na plataforma o licenciamento da esplanada, completava-se 1 ano sobre esse ato e entendeu-se em termos jurídicos que era melhor esperar, como estava próximo, que seria mais seguro que assim fosse, nós teríamos sempre que dar uma data para a remoção, neste caso não é demolição é remover.

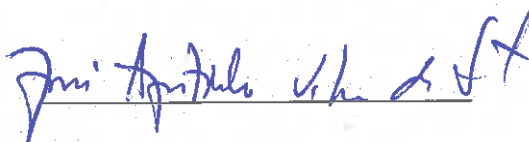
Ou então a pessoa tem até essa data para se adaptar ao que está no regulamento, se não o fizer nós vamos lá remover, aliás há um despacho que lhe foi comunicado, eu comuniquei-lhe a si o despacho.

A única coisa que posso informar é que para os espaços mais amplos, como é o caso da Praça do Município, do Largo Fonseca Lima, o espaço junto à Marginal onde tem o Vermelhinho e o Restaurante Foz do Cávado e para o Ofir também, a Câmara já tem estudos com as áreas de implantação que vocês podem ocupar e que após validação na Câmara, esses espaços ficam homologados, autorizados para vocês poderem implantar as vossas esplanadas têm é que cumprir em termos de alturas, enfim o resto das regras. Não tenho muito mais a acrescentar agora é esperar pelo dia para ver se a coisa se resolve.-----

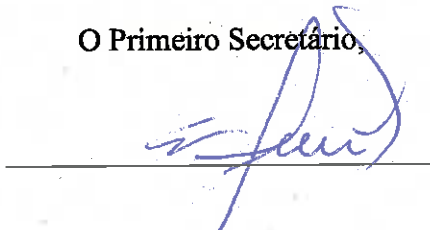
-- Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 00 horas e 40 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

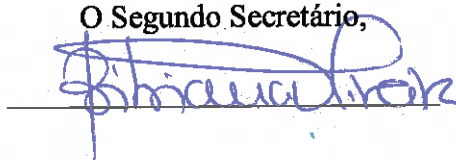
O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,





MINUTA DA ATA

N.º 02/2017

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
28 de abril de 2017**

